



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680361 - SP (2021/0220286-0)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LAERCIO APARECIDO CALCA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* de próprio punho e com pedido de liminar impetrado em favor de LAERCIO APARECIDO CALCA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Processo n. 0005156-36.2015.8.26.0521).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 14 anos de reclusão em regime fechado como incurso no art. 214, *caput*, c/c art. 224, *caput*, "a" e no art. 226 *caput*, inciso II c/c art. 71, *caput*, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta constrangimento ilegal, devido ao custodiado estar preso há mais de 5 anos, 8 meses e 8 dias o que possibilita o deferimento do benefício da progressão de regime previsto no art. 112 da Lei de Execução Penal. Alega que:

Ocorre que o crime fora cometido em 19/12/2017, tipificado pelo Artigo 214 do Código Penal e considerado não hediondo. Assim sendo, caracteriza-se constrangimento ilegal, considerá-lo hediondo, após o advento da Lei nº 12.015/2009, que veio à luz, cerca de dois anos após a ocorrência do noticiado crime, e de acordo com a súmula 471 do STJ e o artigo 112 da Lei 7.210/84, o lapso para a progressão de regime será de 1/6 (um sexto) (fl. 3).

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja corrigida a data do delito e, conseqüentemente, recalcular a data para progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente